

AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA NO PORTUGAL PÓS-IMPÉRIO

Roberta Guimarães Franco (UFLA)

RESUMO: A necessidade de romper com o silenciamento imposto pela censura conduzida pelo Estado Novo em Portugal, fez com que, terminada a guerra colonial em 1974, determinadas vozes ganhassem espaço para contar, muitas vezes de forma autobiográfica, os horrores da ditadura em Portugal e das guerras em África. A reunião de memórias individuais e coletivas contribuiu para a formação de uma extensa produção no campo ficcional, tanto literário, quanto cinematográfico. Nesse contexto, as percepções subjetivas do real vão de encontro à política de silenciamento e ao "lugares de esquecimento" dos discursos oficiais, por isso, percebemos a importância do campo ficcional para a realização de um luto, doloroso, porém imprescindível, não só dos treze anos de guerra, mas também dos mais de quarenta anos de repressão do Estado Novo. Para refletir sobre esses temas, tão caros à contemporaneidade portuguesa, neste trabalho, parte do projeto (FAPEMIG) "Poder e silêncio(s): a pós-colonialidade entre o discurso oficial e a criação ficcional", pretendemos analisar a relação entre a produção literária portuguesa pós-74 e a construção de novas identidades, relação esta pautada em disputas pela memória, por "lugares de memória", especialmente entre gerações.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Portugal.

Entre os anos de 1933 e 1974, Portugal viveu o período chamado de "Estado Novo", comandado até 1968 por António Oliveira Salazar e daí em diante por Marcelo Caetano. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), de 1945 até 1969, e a Direcção Geral de Segurança (DGS), de 1969 até 1974, foram responsáveis pela dura censura que o País vivenciou.

Obviamente que podemos encontrar, nos anos de censura, certa produção cultural que confronta a presença de um Estado opressor que mantém o país fechado às tendências/correntes que circulam mesmo na Europa. É o caso do grupo *Poesia 61*, formado por Fiamma Brandão, Luiza Neto Jorge, Maria Teresa Horta, Casimiro de Brito e Gastão Cruz, que questionava o viés tradicionalista da identidade portuguesa, viés esse utilizado a exaustão como propagando do Regime Salazarista. Mas 61 também é o ano de início da guerra em Angola, o que só faz intensificar os olhares atentos da polícia política voltados às vozes dissonantes.

O que nos interessa é pensar este cenário de silenciamento em um período posterior, a partir da Revolução dos Cravos, em 1974. Embora o momento político parecesse fornecer condições de mudança, o que se verifica no espaço português é ainda a manutenção de um silêncio diante de tudo o que significou aquele marco histórico: não apenas o fim do Estado Novo, mas o processo de descolonização da África portuguesa e, conseqüentemente, o desfecho da longa história de “cinco séculos de colonização” do Império português.¹

Se Eduardo Lourenço já afirmou que “poucos países fabricaram acerca de si mesmos uma imagem tão idílica como Portugal” (2009, p. 76), este deveria ser o momento de reconstrução dessa imagem, não mais olhando para fora, para o tão emblemático mar, mas voltando-se para dentro. É também Lourenço quem afirma que Portugal sofre de uma “coletividade desmemoriada”, que contribuiu para a “manutenção” da história de um império glorioso, ao mesmo tempo em que esqueceu os fracassos que poderiam denegrir o passado mítico do país. Por este mesmo motivo, o ensaísta afirma que “os portugueses vivem em permanente *representação*” (2009, p. 77. Grifo do autor). Por isso, a simples mudança no movimento do olhar não parecia tão simples assim, pois significava, antes de tudo, reconhecer a derrota, fazer o luto e se recuperar do trauma. E mais: reconhecer o lugar periférico que ocupam na Europa, como já afirmou Boaventura de Sousa Santos.

Assim, o que se verifica nos anos imediatamente posteriores à Revolução é o silêncio, quebrado aos poucos por produções literárias, como as de António Lobo Antunes, *Os cus de Judas* (1979), marcada pelo cunho autobiográfico (também presente em *Memória de Elefante* (1979) e *Conhecimento do Inferno* (1981)) e por um intenso pessimismo, ou seja, a recente democracia não dá origem a uma narrativa otimista, pelo contrário, a marca da distopia é o movimento mais significativo desse momento. Em viés memorialístico a narrativa de *Os cus de Judas* dá o tom controverso do período da guerra (marcado aqui pelo espaço doméstico e pela importância geracional, as velhas tias a enaltecer a figura de Salazar):

¹ É óbvio que este silêncio não é uma particularidade do pós-guerra colonial português, pode-se verificar algo semelhante, guardada as devidas proporções, no pós-segunda guerra na Alemanha.

As tias instalavam-se a custo no rebordo de poltronas gigantescas decoradas por filigranas de crochê, serviam o chá em bules trabalhados com custódias manuelinas, e completavam a jaculatória designando com a colher do açúcar fotografias de generais furibundos, falecidos antes do meu nascimento após gloriosos combates de gamão e bilhar em messes melancólicas como salas de jantar vazias, de *Últimas Ceias* substituídas por gravuras de batalha:

- Felizmente que a tropa há-de torná-lo homem.

Esta profecia vigorosa, transmitida ao longo da infância e da adolescência por dentaduras postiças de indiscutível autoridade, prolongava-se em ecos estridentes nas mesas de canasta, onde as fêmeas do clã forneciam à missa dos domingos um contrapeso pagão a dois centavos o ponto, quantia nominal que lhes servia de pretexto para expelirem, a propósito de um beste, ódios antigos pacientemente segregados. [...] O espectro de Salazar pairava sobre as calvas pias labaredazinhas de Espírito Santo corporativo, salvando-nos da ideia tenebrosa e deletéria de socialismo. A PIDE prosseguia corajosamente a sua valorosa cruzada contra a noção sinistra de democracia, primeiro passo para o desaparecimento, nos bolsos ávidos de ardinhas e marçanos, do faqueiro cristofle. [...] De modo que quando embarquei para Angola, a bordo de um navio cheio de tropas, para me tornar finalmente homem, a tribo, agradecida ao Governo que me possibilitava, grátis, uma tal metamorfose, compareceu em peso no cais, consentindo, num arroubo de fervor patriótico, ser acotovelada por uma multidão agitada e anônima semelhante à do quadro da guilhotina, que ali vinha assistir, impotente à sua própria morte. (LOBO ANTUNES, 2004, p. 17-18)

O desencanto e o pessimismo ficam aqui por conta da ironia do narrador ao relembrar o destino, um destino que se encerra, se finda no cais, e mesmo assim é celebrado por essa geração, que vê na figura de Salazar um grande salvador. Um tom bastante distinto pode ser encontrado nos textos dos livros de crônicas, como o que se encontra no do Terceiro Livro de Crônicas: “Não posso esquecer. Não consigo esquecer. Eu o 07890263 ORH+ não consigo esquecer. [...] Eu estive lá. Eu vi. [...] Se eu saltar com o rebenta-minas que fique, ao menos, o eco do meu grito. Completem esta crônica, vocês, os que cá ficam. 07890263 ORH+. Filha” (LOBO ANTUNES, 2002, p. 111). Aqui não há sequer espaço para a ironia, como não há para outras figuras, a solidão da guerra, povoada de mortos, atinge a memória que se projeta para o futuro, para o que será lembrado: “que fique, ao menos, o eco do meu grito”.

Desse modo, por mais que, para a sociedade portuguesa, a temática da guerra colonial e suas consequências, ainda seja um tabu, a literatura abriu o caminho para que a questão saísse do espaço político-administrativo, onde as decisões eram tomadas, e do espaço doméstico, onde as famílias velavam seus mortos. Acima de tudo, as produções literárias criaram (e vem criando) uma memória coletiva, através da representação, contrastante com o discurso oficial produzido nos longos anos do Estado Novo. Lembramos aqui as palavras de Maurice Halbwachs:

[...] um acontecimento realmente grave sempre traz consigo uma mudança nas relações do grupo com o lugar [...]. A partir desse momento, este não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva e, ao mesmo tempo, o ambiente material também não será mais o mesmo. (HALBWACHS, 2006, p. 160)

Complementando Halbwachs, no caso português não é só a relação com o lugar que irá mudar, mas, principalmente, com todo o referencial histórico que compõe a memória identitária portuguesa, enquanto um constructo ideológico.

A partir da década de 80, surgem cada vez mais vozes dispostas a construir um novo discurso. Manuel Alegre, Lidia Jorge, Mario Claudio, Almeida Faria são alguns dos nomes que passam a compor uma memória outra, muitas das vezes inédita para o povo português, já que a sua maioria não tinha a noção exata do que se passava em Portugal e, muito menos, no além-mar.

Embora o período de democracia abra espaço para as vozes que, até então eram dissonantes (ou simplesmente mudas), a temática da guerra colonial, e a do Estado Novo como um todo, ainda permaneceria como um grande estigma na sociedade portuguesa. Como já alertou Todorov, “O estatuto da memória nas sociedades democráticas não parece definitivamente garantido” (2002, p. 141), e a gravidade dessa falta de garantia é ainda maior quando a relação entre o passado e o presente é muito recente, quando a existência de testemunhas pode colocar em risco a consolidação de uma história oficial que manipula os arquivos da memória. A memória viva, por mais fragmentada que seja, pode, quando não silenciada, fornecer uma nova versão dos fatos, fazendo emergir uma outra memória coletiva.

Portanto, as lacunas existentes nos discursos chamados oficiais precisam ser preenchidas por novas falas, que não visem a linearização da história, mas que a compreendam como algo em constante mutação. É na utilização do passado que reside o perigo ideológico de homogeneizá-lo, de apagar a sua pluralidade para construir uma memória coletiva que atenda a interesses variados. Por isso, é necessário lembrar as reflexões de Benjamin (1994, p. 226) sobre o quadro de Klee, o *Angelus Novus*, com seus olhos “escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas”. Para Benjamin esse é o modo como o “anjo da história” deve encarar o passado, não de uma forma contemplativa, pois “onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés”. Portanto, a história linearizada, e do mesmo modo a memória, constituem uma ameaça para a percepção dessas ruínas que, por sua vez, nos levariam a perceber que o “estado de exceção” em que vivemos é, na verdade, uma regra.

Ao pensar nessa pluralidade de vozes, podemos evidenciar que Portugal assiste, atualmente, ao que está destacado no título deste texto, as “disputas pela Memória”. Obviamente, a palavra disputa não é utilizada aqui no intuito de afirmar a existência de um vencedor, mas apenas para destacar um palco curioso que confronta com a sociedade portuguesa de uma forma geral. Se o assunto é ainda delicado (até um tanto constrangedor), as livrarias estão repletas de variados títulos, das mais diversas áreas, sobre este período. Por isso, as duas primeiras disputas (que de algum modo já foram abordadas aqui) são entre o silêncio e a voz (ou vozes), e entre o discurso oficial produzido pelo Estado Novo e o discurso ficcionalizado dos romances publicados principalmente nas décadas de 80 e 90.

Mas a principal disputa destacada aqui é mais recente, a que ganhou espaço, especialmente, na última década: a disputa entre uma auto-intitulada “memória autêntica” e a memória de “segunda geração” ou “pós-memória”. Ou seja, a memória daqueles que vivenciaram de forma direta esse tempo obscuro e opressor, aqueles que carregam cicatrizes (literalmente) e feridas abertas (metaforicamente), e a memória da geração subsequente, memória herdada, ouvida e não vivida, incluindo também as

memórias daqueles que ainda eram crianças nesse momento, dos que nasceram por volta da década de 60.²

Nesse sentido, é importante trazer a ressalva apresentada por Beatriz Sarlo: “[...] não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança” (2007, p. 44). Embora, essa disputa pareça evidente, é preciso ressaltar que toda memória passa por uma série de filtros e, além disso, a pós-memória só existe diante da necessidade que a primeira geração tem de contar a sua própria história, como explica Marianne Hirsch, ao definir o conceito de pós-memória como aquela que

[...] describes the relationship that the generation after those who witnessed cultural or collective trauma bears to the experiences of those who came before, experiences that they “remember” only by means of the stories, images, and behaviors among which they grew up. But these experiences were transmitted to them so deeply and affectively as to seem to constitute memories in their own right. Postmemory’s connection to the past is thus not actually mediated by recall but by imaginative investment, projection, and creation. (HIRSCH, 2008, p. 106-107)

No caso português, o conceito tem sido aplicado mesmo àqueles que eram crianças durante o Estado Novo e a Guerra Colonial, entendidos como personagens que não estavam na linha de frente dos acontecimentos históricos. Nesse sentido, pode-se encontrar a perspectiva da infância em duas obras recentes: *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo (1963, Lourenço Marques – atual Maputo); e *O retorno* (2011), de Dulce Maria Cardoso (1964, Trás-os-Montes, criada em Luanda a partir dos seis meses), ambas retornadas no contexto de descolonização, em 1975.

No livro de Isabela Figueiredo, oriundo de textos avulsos publicados em um blog, as memórias habitam o espaço moçambicano e o processo de rememoração está

² Tal disputa pode ser evidenciada em eventos (acadêmico ou não), em que essas gerações se encontram. Um exemplo bastante interessante foi o Colóquio “Os filhos da Guerra Colonial”, realizado em Lisboa pela professora Margarida Calafate Ribeiro, da Universidade de Coimbra, onde havia na plateia uma presença significativa de ex-combatentes que, em vários momentos, se levantavam como se aquela fosse uma última chance de dar seu testemunho. A disputa, então, ficou muito clara, especialmente durante a mesa composta pelos “filhos da guerra”, quando os ex-combates (essas memórias “autênticas” e vivas) se levantavam para questionar a produção dessa memória da segunda geração, sob o pretexto da máxima “Eu vivi, só eu posso contar”

ligado, sobretudo, à figura paterna: “Quando o meu pai me levantava no ar como se fosse uma coisa, ou me transportava às cavalitas, sentia-me fraca perante a força total, dominada, possuída por ela” (FIGUEIREDO, 2011, p. 17). É a partir da imagem que a menina de então 7/8 anos constrói do seu pai, imagem de pai-colono, que a narradora vai desvendando o cenário colonial: “Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto. Para mandar, já lá estava o meu pai; chegava de brancos!” (FIGUEIREDO, 2011, p. 24)

A linguagem crua/dura marca a distância da ingenuidade da infância, destacando, portanto, o tom memorialístico dos 43 textos que compõem a obra. O contraste entre as suas fotografias de infância e as temáticas destacadas nas narrativas também evidenciam esse deslocamento do olhar: se na página da esquerda há uma foto singela da menina loira, na página da direita há descrições sobre a vida sexual na colônia, as diferenças entre as brancas e negras, o apetite sexual do pai, deixando claro ao leitor que não há espaço para doces memórias ou para a meiguice representada pela fotografia: “Foder. Meu pai gostava de foder. Eu nunca vi, mas via-se”, ou ainda, “Ele sentia prazer em viver e gostava de comer, beber e foder, isso já expliquei” (FIGUEIREDO, 2011, p. 17)

Para aquela menina, o escape da realidade que a taxava como filha do colono - “Na terra onde nasci seria sempre a filha do colono” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133) – logo como alguém que vive em um estado de exceção, eram as leituras, a construção de outro mundo, onde os conflitos seriam solúveis:

O prazer de ler um livro amortecia humilhações, e era muito maior do que o de brincar sozinha com os bichos ou imaginando guerras com as roseiras. Um livro trazia um mundo diferente dentro do qual eu podia entrar. Um livro era uma terra justa. Porque esse foi o problema. Entre o mundo dos livros e a realidade ia uma colossal distância. (FIGUEIREDO, 2011, p. 27)

A transição da vida na colônia para a condição de retornada define, por outro lado, as diferenças entre as duas terras. Se em Moçambique seria sempre a filha do

colono, em Portugal seria uma desterrada, que carrega a terra de seu nascimento “como uma mácula impossível de apagar” (FIGUEIREDO, 2001, p. 62).

Já Dulce Maria Cardoso escolheu como tema a trajetória de uma família de retornados, narrada pelo seu membro mais novo, Rui, um adolescente de quinze anos. Juntamente com a irmã Lurdes e os pais Mário e Glória, Rui vivencia o desmoronar do império português com a Revolução dos Cravos e o início do processo de descolonização. Nascido em Luanda, filho de portugueses, Rui não viu de perto o cenário da guerra de libertação, concentrada no interior do país, e chegou a ver na independência uma possibilidade para deixar de ser um “português de segunda”, “um branco de segunda”: “Antes de os tiros terem começado o futuro seria sempre melhor. Agora já não é assim e por isso já não temos assuntos para falar. Nem planos. O pai já não vai trabalhar, já não há escola e os vizinhos já se foram todos embora” (CARDOSO, 2012, p. 9)

A escolha por um narrador adolescente, homenagem a um amigo de infância que viveu em Angola dos seis meses aos 11 anos e que perdeu dois irmãos na guerra, não limitou a narrativa a uma linguagem metafórica, ou de tom mais inocente. O romance de Dulce Maria percorre a dura vivência dos retornados e a retrata de forma bastante realista, desde a sua saída de Angola, limitada pelo número de voos, pela quantidade de bagagem e dinheiro que cada passageiro poderia levar.

Apesar de possuir uma divisão em capítulo não numerados, o romance demarca claramente a fronteira entre Angola e Portugal, entre a partida da única terra conhecida por Rui e a sua chegada na mítica metrópole, através da frase: “Então a metrópole afinal é isto”. Tal frase, sozinha em uma página em branco, abre o caminho para a desilusão daqueles que, classificados como “retornados”, viam o centro do império pela primeira vez: “Agora somos retornados. Não sabemos bem o que é ser retornado mas nós somos isso. Nós e todos os que estão a chegar de lá” (CARDOSO, 2012, p. 77)

Em comum, os dois narradores apresentam um misto de profundo espanto e desencanto quando finalmente conhecem a famosa metrópole. Rui chega a duvidar que Portugal, ao qual rendiam hinos, era mesmo aquilo diante de seus olhos: “A metrópole não pode ser como hoje a vimos no caminho que o táxi fez, ninguém nos ia obrigar a

cantar hinos aos sábados de manhã se a metrópole fosse tão acanhada e suja, com ruas tão estreitas onde parece que nem cabemos" (CARDOSO, 2012, p. 83). Já a narradora de *Cardeno de memórias coloniais* é bastante taxativa: "A metrópole era suja, feia, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. Feios, cheios de cieiro, e pele de galinha [...]. Que triste gente!" (FIGUEIREDO, 2011, p. 123)

Nesse sentido, a descoberta da metrópole pela infância vivida em África mostra a construção desse espaço a partir de uma memória comparativa, ou seja, recuperando Halbwachs, o acontecimento da descolonização muda a relação com o lugar de origem, quando esses narradores reconstróem a imagem de Portugal. A imagem mítica, da metrópole perfeita, se comparada à selvagem África, se desfaz, evidenciando uma terra triste, que perdeu a sua fantasiosa máscara de Império.

Ao pensar nessas disputas, percebe-se a existência, do ponto de vista da representação, de uma diferença geracional entre as narrativas. Se as obras da primeira geração apontam a necessidade de fala de uma subjetividade que pretende contrapor um discurso hegemônico (não apenas do Estado Novo, mas de toda uma identidade portuguesa imaginada/construída com base na história expansionista) e seu conseqüentemente silenciamento de vozes outras, rompendo assim com o contínuo da história, as memórias da segunda geração (entendida aqui como também as memórias da infância vivida durante os anos finais do Estado Novo) parecem partir dessa subjetividade para compreender todo processo de um colonialismo caduco (o do século XX) a partir de experiências individuais/familiares. O distanciamento da infância, permite agora a essa geração um outro olhar.

Refererências

ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

_____. *Terceiro Livro de Crónicas*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

CARDOSO, Dulce Maria. *O retorno*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Coimbra: Angelus Novus, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HIRSCH, Marianne. "The Generation of Postmemory", *Poetics Today*, 2008, Vol. 29, nº 1, pp. 103-128.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.